

GUILHERME MADEIRA DEZEM

CURSO DE PROCESSO PENAL

7ª edição
revista, atualizada e ampliada

NOVIDADES DESTA EDIÇÃO

Vídeoaulas exclusivas do autor em todos os capítulos

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dezem, Guilherme Madeira

Curso de processo penal / Guilherme Madeira Dezem. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-951-6

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

21-54433

C■U-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

Brasil : Processo penal : Direito penal 343.1(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Nota do Autor	5
Nota do autor à 2.º Edição	9
Nota do autor à 3.º Edição	11
Nota do autor à 4.º Edição	13
Nota do autor à 5.º Edição	15
Nota do autor à 6.º Edição	17
Nota do autor à 7.º Edição	19
Capítulo 1. Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	58
Capítulo 2. As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal	68
2.1. Noções gerais	69
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o Controle de convencionalidade das leis.....	71
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal	71
2.3. Fontes do Processo Penal	76
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal	77
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal.....	78
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	81
2.4.1. Interpretação extensiva	82
2.4.2. Analogia e interpretação analógica	83
2.4.3. Princípios gerais do Direito	85
2.5. Controle de convencionalidade	86

Capítulo 3. Sistemas processuais penais	94
3.1. Sistema – noção e importância	95
3.2. Sistema inquisitivo	100
3.3. Sistema acusatório	103
3.4. Sistema misto	108
3.5. Sistema acusatório e pacote anticrime	111
Capítulo 4. Princípios do processo penal	116
4.1. Princípios – noção e importância	117
4.2. Princípio da ampla defesa	118
4.2.1. Autodefesa	119
4.2.1.1. Autodefesa e acusado estrangeiro ...	121
4.2.2. Defesa técnica	123
4.3. Princípio do acesso à justiça criminal	127
4.4. Princípio do contraditório	130
4.5. Princípio do devido processo legal.....	132
4.6. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	137
4.7. Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	141
4.8. Princípio da duração razoável do processo	144
4.8.1. Origem.....	144
4.8.2. Noção e critérios.....	144
4.9. Princípio da economia processual	146
4.10. Princípio da iniciativa das partes	147
4.11. Princípio do impulso oficial.....	148
4.12. Princípio da isonomia	148
4.13. Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	150
4.14. Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé)	152
4.15. Princípio da motivação das decisões	154
4.16. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	157

Capítulo 5. A aplicação da lei processual penal	160
5.1. Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo	161
5.2. Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	162
5.3. Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência.....	163
5.4. Lei Processual Penal no Espaço	165
Capítulo 6. Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	170
6.1. Investigação preliminar: noção e formas	172
6.1.1. Investigação Preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito	172
6.1.2. A investigação pelo Ministério Público	174
6.1.2.1. Acordo de Não Persecução Penal....	179
6.1.3. A investigação no Juizado Especial Criminal.....	194
6.1.4. Inquérito Civil.....	195
6.1.5. A investigação defensiva	195
6.2. As várias polícias existentes no Brasil e suas funções.....	197
6.2.1. Polícia Federal	198
6.2.2. Demais polícias e Detetive Particular	201
6.3. Inquérito policial.....	202
6.3.1. Noção e natureza jurídica	202
6.3.2. Características	204
6.3.2.1. Procedimento escrito	205
6.3.2.2. Procedimento sigiloso	205
6.3.2.3. Procedimento indisponível	211
6.3.2.4. Procedimento obrigatório.....	211
6.3.2.5. Procedimento dispensável.....	212
6.3.2.6. Caráter discricionário da investigação	212
6.3.2.7. Caráter inquisitivo	213
6.3.2.7.1. Defesa no inquérito policial e o Pacote Anticrime.....	216
6.3.2.8. Caráter oficial	219
6.3.2.9. Caráter oficioso	219
6.3.3. Finalidade do Inquérito Policial	219

6.3.4.	A presidência do Inquérito Policial.....	220
6.3.5.	O valor probatório do inquérito	223
6.4.	Início do inquérito policial	225
6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	226
6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial	228
6.4.1.2.	<i>Whistleblower</i>	229
6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal	230
6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	231
6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento.....	232
6.4.5.	Auto de prisão em flagrante	233
6.4.6.	De ofício – Portaria	233
6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada	234
6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial.....	235
6.5.	Desenvolvimento do inquérito policial.....	235
6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos	236
6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito	238
6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária	243
6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso	244
6.5.4.	Indiciamento	245
6.5.4.1.	Indiciamento e <i>Habeas Corpus</i>	247
6.5.4.2.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento	248
6.5.5.	A identificação criminal	250
6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos	250
6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal...	251
6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações: o caderno de fotos e a cadeia de custódia.....	255

6.5.6.	Indiciado menor – nomeação de curador	257
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões...	257
6.5.8.	Requisição administrativa.....	258
6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função).....	259
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas ...	263
6.6.	O encerramento do inquérito policial	268
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	269
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	269
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial.....	272
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	275
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento.....	277
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário	278
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial.....	281
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas	285
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente...	289
6.9.	Juiz de garantias e o novo modelo de arquivamento da investigação preliminar	291
6.9.1.	Juiz de Garantias.....	291
6.9.1.1.	Noções gerais e (in)constitucionalidade	291
6.9.1.2.	Competência e repercussões processuais	293
6.9.1.3.	Cessaçãõ da competência, acautelamento dos autos e outras medidas.....	300
6.9.1.4.	Impedimento do juiz de garantias	304
6.9.1.5.	Juiz de garantias e direito intertemporal	305
6.9.2.	Novo regime de arquivamento do inquérito policial	306

Capítulo 7. Ação penal e Pressupostos Processuais	308
7.1. Considerações iniciais	309
7.2. Classificação da ação penal	310
7.3. Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos	315
7.4. Condições da ação penal e pressupostos processuais	317
7.4.1. Noções gerais	317
7.4.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	320
7.4.3. Interesse de agir	322
7.4.4. Possibilidade jurídica do pedido	324
7.4.5. Justa causa para a ação penal	325
7.4.6. A teoria da "prospettazione", ou teoria da asserção ou teoria da afirmação	327
7.4.7. Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, excusas absolutórias e condições de prossequibilidade	328
7.4.8. A originalidade como condição da ação	330
7.4.9. Pressupostos processuais	330
7.5. Ação penal de iniciativa pública incondicionada	333
7.5.1. Noção e identificação	333
7.5.2. Princípios	334
7.5.3. Legitimidade ativa	340
7.5.4. Veículo	340
7.6. Ação penal pública condicionada	340
7.6.1. Noção e identificação	340
7.6.2. Princípios	341
7.6.3. Legitimidade	341
7.6.4. Veículo	341
7.6.5. Representação	342
7.6.5.1. Noção e natureza jurídica da representação	342
7.6.5.2. Legitimado ativo	343
7.6.5.2.1. Sucessão processual	345
7.6.5.3. Destinatários da representação	346
7.6.5.4. Prazo da representação	347

7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação.....	348
7.6.5.6.	Retratação da representação	348
7.6.5.7.	Não vinculação da representação...	349
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça.....	350
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime.....	352
7.7.	Ação penal de iniciativa privada	354
7.7.1.	Noção, espécies e identificação.....	354
7.7.2.	Princípios	355
7.7.3.	Legitimidade ativa	357
7.7.3.1.	Sucessão processual	358
7.7.4.	Veículo	359
7.7.5.	Aspecto temporal - O prazo para o oferecimento da queixa-crime.....	359
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima...	361
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	362
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública.....	366
7.8.	Denúncia e queixa-crime	367
7.8.1.	Requisitos.....	367
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa.....	369
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime...	372
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime.....	375
7.8.3.	Aditamento da denúncia	377
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime.....	378
7.9.	Extinção da punibilidade	380
7.10.	Ação penal em espécie	385
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas.....	385
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual.....	389
7.10.3.	Crimes contra a honra	391

Capítulo 8. Ação civil	394
8.1. Considerações gerais.....	395
8.2. Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil.....	396
8.3. Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado.....	399
8.4. Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões.....	406
8.5. Legitimidade do Ministério Público.....	413
Capítulo 9. Competência	416
9.1. Noções gerais e definição.....	417
9.2. Classificação e espécies de competência.....	420
9.3. Garantia do Juiz Natural.....	426
9.3.1. Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei.....	429
9.3.2. Garantia do juiz natural e juiz sem rosto.....	430
9.3.3. Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ.....	431
9.3.4. Garantia do juiz natural e convocação de juiz para atuar em tribunal.....	432
9.3.5. Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	434
9.3.6. Garantia do juiz natural, suspeição e impedimento.....	434
9.4. Princípio do <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	435
9.5. Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	436
9.6. Competência Internacional.....	438
9.7. Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	438
9.7.1. Prerrogativa de função e competência em razão da matéria.....	450
9.7.2. Prerrogativa de função e concurso de agentes....	451
9.7.3. Renúncia de mandato e competência originária....	454
9.8. Competência Constitucional de Justiça Especializada.....	457
9.9. Competência da Justiça Federal.....	472

9.9.1.	Generalidades	472
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988	476
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988	477
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988	477
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V	485
9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – V – A e § 5.º do art. 109.....	489
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, VI.....	491
9.9.8.	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, inc. VII e VIII	494
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	496
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, X	498
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, XI	499
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	501
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual.....	503
9.10.	Competência Territorial	503
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP	504
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70.....	505
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu.....	507
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência	508
9.11.	Competência de Juízo – Natureza da Infração, Distribuição, Prevenção	511
9.12.	Causas de modificação da competência – conexão e continência	514

9.12.1.	Hipóteses de conexão.....	515
9.12.2.	Hipóteses de continência	517
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência.....	518
9.12.4.	Foro prevalente	521
9.12.5.	Prorrogação de competência.....	522
Capítulo 10.	Das questões e processos incidentes.....	524
10.1.	Noções gerais.....	525
10.2.	Questões prejudiciais.....	527
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica	527
10.2.2.	Classificações	530
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	530
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas	531
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas	532
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial	532
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória	533
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa	536
10.3.	Exceções.....	539
10.3.1.	Generalidades	539
10.3.2.	Exceção de Suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	542
10.3.2.1.	Generalidades	542
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento	543
10.3.2.3.	Legitimados ativos	544
10.3.2.4.	Procedimento	544
10.3.2.5.	Recurso	549
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	549
10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo.....	551
10.3.3.1.	Generalidades	551
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção....	552
10.3.3.3.	Procedimento da exceção	554

10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada.....	555
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas.....	557
10.3.5.1.	Generalidades	557
10.3.5.2.	Requisitos.....	558
10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação.....	559
10.3.6.	Incidente de falsidade	560
10.3.6.1.	Generalidades	560
10.3.6.2.	Procedimento.....	562
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	564
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento.....	564
10.3.7.2.	Procedimento.....	567
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal.....	569
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais).....	571
10.4.1.	Considerações gerais	571
10.4.2.	Sequestro.....	577
10.4.2.1.	Bens e finalidade.....	577
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	578
10.4.2.3.	Levantamento	580
10.4.2.4.	Defesa	582
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública - Dec.-lei 3.240/1941	585
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal.....	586
10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento.....	586
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento.....	588
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa	589
10.4.4.	Arresto.....	590
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos	590
10.4.4.2.	Revogação, Levantamento e defesa ...	591
10.4.5.	Quadro-resumo.....	592

Capítulo 11. Provas no processo penal	594
11.1. Prova: importância e acepções do vocábulo	597
11.2. Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções	600
11.2.1. Procedimento probatório e direito à prova	605
11.2.1.1. Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório	606
11.2.1.2. Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	607
11.3. Princípios aplicáveis à prova	608
11.3.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes	608
11.3.2. Princípio da aquisição ou comunhão de prova	608
11.3.3. Princípio da oralidade	609
11.3.4. Princípio da verdade real	610
11.3.5. Princípio da liberdade probatória	612
11.3.6. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	613
11.3.7. Princípio da presunção de inocência	616
11.3.8. Princípio da audiência contraditória	620
11.4. Ônus da prova	620
11.5. Poderes instrutórios do juiz	622
11.5.1. Princípio da proporcionalidade	624
11.5.1.1. Proporcionalidade, poderes instrutórios do juiz e o STF	625
11.6. Prova emprestada	626
11.6.1. A prova emprestada e seu valor probatório	629
11.6.2. Prova emprestada e crimes da competência do júri	630
11.7. Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	630
11.8. Sistemas de apreciação das provas	634
11.8.1. Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz)	634

11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	635
11.8.3.	Sistema da livre convicção (persuasão racional, livre convencimento motivado).....	636
11.9.	Limites ao direito à prova	637
11.10.	Prova ilícita	638
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008	639
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008	641
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008...	643
11.10.2.1.	O juiz contaminado	645
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	647
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	648
11.10.3.2.	Exceção de impugnação	648
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo	649
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova...	650
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade	650
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	652
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>plain view doctrine</i>	655
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open fields doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	657
11.11.	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada	659
11.11.1.	Teoria da fonte independente	661
11.11.2.	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente)	662
11.11.3.	Teoria do nexo causal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído).....	665
11.12.	Prova típica e atípica: noção	667
11.13.	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada)	674
11.14.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP	679

11.14.1.	Noções gerais.....	679
11.14.2.	Terminologia.....	680
11.14.3.	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	681
11.14.4.	Modalidades de exame de corpo de delito	682
11.14.5.	Peritos - Generalidades.....	685
	11.14.5.1. Classificação dos peritos.....	686
	11.14.5.2. A exigência da realização do exame por um perito - Análise histórica e atual.....	686
	11.14.5.3. Ausência de peritos oficiais.....	688
11.14.6.	Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos.....	689
11.14.7.	Indicação de assistentes técnicos	690
11.14.8.	Realização da perícia	693
11.14.9.	Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório.....	696
11.14.10.	Autópsia	696
11.14.11.	Exumação.....	697
11.14.12.	Exame de local de crime	697
11.14.13.	Exame de delito e lesões corporais.....	698
11.14.14.	Exames laboratoriais.....	698
11.14.15.	Exames nos crimes cometidos com destruição/ rompimento de obstáculo ou escalada.....	699
11.14.16.	Laudo de avaliação.....	699
11.14.17.	Exame de local de incêndio.....	699
11.14.18.	Exame grafotécnico	700
11.14.19.	Exame dos instrumentos do crime	701
11.14.20.	Perícias não previstas em lei.....	701
11.14.21.	Cadeia de custódia	703
11.15.	Interrogatório	709
	11.15.1. Noção e natureza jurídica.....	709
	11.15.2. Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio.....	711
	11.15.3. Condução coercitiva em caso de ausência do réu.....	713

11.15.4.	Interrogatório da pessoa jurídica	715
11.15.5.	Local do interrogatório	715
11.15.6.	Características do interrogatório	718
11.15.7.	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo	719
11.15.7.1.	O momento do interrogatório na audiência	719
11.15.7.2.	Providências preparatórias	721
11.15.7.3.	O ato do interrogatório	721
11.15.7.4.	Qualificação e advertência prévia do interrogatório	722
11.15.7.5.	Início do interrogatório e suas modalidades	723
11.15.7.6.	Modalidades especiais de interrogatório	727
11.15.8.	Renovação do interrogatório	727
11.16.	Confissão	728
11.16.1.	Noção, natureza jurídica e fonte	728
11.16.2.	Espécies de confissão	729
11.16.3.	Requisitos da confissão	730
11.16.4.	Características da confissão	730
11.16.5.	Valor da confissão	731
11.17.	Ofendido	732
11.17.1.	Noção e natureza jurídica	732
11.17.2.	Procedimento e contraditório	732
11.17.2.1.	O ofendido e o falso testemunho	733
11.17.3.	Diferenças entre testemunha e vítima	734
11.17.4.	Valor probatório das declarações do ofendido	734
11.17.5.	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido	734
11.18.	Prova Testemunhal	741
11.18.1.	Noções gerais	741
11.18.2.	Natureza jurídica, legitimados, valor	743
11.18.3.	Classificação das testemunhas	744
11.18.4.	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha)	747

11.18.5.	Deveres da testemunha	749
11.18.6.	Número máximo de testemunhas.....	751
11.18.7.	Procedimento para a produção da prova testemunhal - <i>Direct</i> e <i>cross examination</i> - a nova forma de colheita da prova oral.....	752
11.18.8.	Capacidade de ser testemunha.....	755
11.19.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	759
11.19.1.	Noção, natureza jurídica e espécies.....	759
11.19.2.	Procedimento para o reconhecimento	760
11.19.3.	Reconhecimento coletivo ou em grupo.....	765
11.19.4.	Reconhecimento fotográfico.....	765
11.20.	Acareação.....	771
11.20.1.	Noção, natureza jurídica e momento.....	771
11.20.2.	Pressupostos da acareação.....	772
11.20.3.	Sujeitos da acareação.....	773
11.20.4.	Procedimento da acareação.....	774
11.20.5.	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade	775
11.21.	Documentos	775
11.21.1.	Noção e classificação	775
11.21.2.	Produção da prova documental.....	777
11.21.3.	Limitação à produção da prova documental	778
11.21.4.	O juiz e a produção da prova documental	778
11.21.5.	Documentos estrangeiros e validade do documento particular.....	778
11.21.6.	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	780
11.22.	Indícios.....	780
11.22.1.	Generalidades e noção.....	780
11.22.2.	Indícios e presunções.....	781
11.22.3.	Valor probatório dos indícios.....	781
11.23.	As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	783
11.23.1.	Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites	785

11.23.2.	Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor.....	791
11.24.	Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa).....	795
11.24.1.	Busca e apreensão	796
11.24.1.1.	Generalidades e natureza jurídica	796
11.24.1.2.	Objeto da busca.....	797
11.24.1.3.	Busca domiciliar.....	798
11.24.1.4.	Busca pessoal	805
11.24.1.5.	Busca em veículo e em celular.....	806
11.24.1.6.	Busca em escritório de advocacia e em prédio	811
11.24.1.7.	Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado)	815
Capítulo 12.	Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	818
12.1.	Noções gerais	819
12.2.	Juiz.....	820
12.2.1.	Forma de seleção de magistrados	822
12.2.2.	Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	824
12.2.3.	O Código de Ética da Magistratura	824
12.2.4.	Suspeição, Impedimento e incompatibilidades dos juízes	826
12.3.	Ministério Público.....	833
12.3.1.	Forma de seleção de promotores	835
12.3.2.	Funções do Ministério Público	835
12.3.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos promotores	837
12.4.	Autoridade Policial	839
12.5.	Acusado	840
12.5.1.	Autodefesa, Defesa Técnica e os direitos daí decorrentes.....	841
12.5.2.	Revelia	841
12.6.	Defesa técnica	844
12.6.1.	Defensor Particular	845
12.6.2.	Defensor Público	845

12.6.2.1.	Forma de seleção de defensores	846
12.6.2.2.	Funções da Defensoria Pública	846
12.6.2.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	848
12.7.	Ofendido	849
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação	849
Capítulo 13.	Medidas cautelares pessoais	854
13.1.	Teoria geral das medidas cautelares pessoais	856
13.1.1.	Considerações gerais e espécies	856
13.1.2.	Características das medidas cautelares	861
13.1.3.	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica	869
13.1.3.1.	Princípio da Presunção de Inocência ...	869
13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	872
13.1.4.	CrITÉRIOS gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP.....	876
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º	876
13.1.4.2.	Cumulatividade	881
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório ...	882
13.1.4.4.	Contraditório prévio	885
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais ...	887
13.2.	Prisão	888
13.2.1.	Considerações gerais	888
13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida precautelara)	888
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar	891
13.2.4.	Imunidades Prisionais.....	910
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada.....	923

13.2.6.	Mandado de prisão - arts. 285 a 289-A <i>red notice</i> (difusão vermelha)	925
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	929
13.2.7.	Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do Índio	930
13.3.	Prisão em flagrante	933
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante	933
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	935
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal	935
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência - flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado.....	938
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (Flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada)	941
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	943
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante.....	947
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada)	949
13.4.	Prisão preventiva - prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	951
13.4.1.	Considerações gerais	951
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	952
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.....	953
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva ...	954
13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva - Classificação dos requisitos e as diversas posições.....	955
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	963
13.4.7.	Fundamentos da prisão preventiva	967
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública.....	968
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica.....	971

13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.....	973
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	974
13.4.9.	Os requisitos controversos na doutrina e na jurisprudência pós-reforma de 2011	977
13.4.10.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva...	979
13.4.11.	Prisão cautelar para a extradição.....	980
13.5.	Prisão temporária	982
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária	983
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	990
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação.....	991
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva	993
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar ...	994
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão)....	1000
13.8.	Liberdade Provisória.....	1012
13.8.1.	Considerações gerais	1012
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites	1014
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória	1015
13.8.4.	Liberdade provisória vedada.....	1016
13.8.5.	Liberdade provisória possível.....	1020
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	1020
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares...	1023
13.8.7.	Liberdade provisória com fiança.....	1023
13.8.7.1.	Comentários Gerais	1023
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado.....	1024
13.8.7.3.	Arbitramento da fiança	1025
13.8.7.4.	Procedimento da fiança.....	1027
13.8.7.5.	Deveres decorrentes da fiança.....	1027

13.8.7.6.	Perda, quebra, cassação e reforço da fiança	1027
Capítulo 14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais		1030
14.1.	Premissas.....	1032
14.2.	Considerações gerais.....	1032
14.3.	Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário.....	1036
14.4.	Recebimento da denúncia.....	1039
14.4.1.	Quantidade de recebimentos da denúncia.....	1039
14.4.2.	Motivação no recebimento da denúncia.....	1041
14.4.3.	<i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia.....	1042
14.4.4.	Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP.....	1044
14.5.	Citação	1046
14.5.1.	Considerações gerais e modalidades.....	1046
14.5.2.	Citação real	1048
14.5.3.	Citação ficta: citação por hora certa	1049
14.5.4.	Citação por edital	1051
14.6.	Resposta.....	1057
14.7.	Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	1060
14.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP.....	1063
14.9.	Sentença.....	1072
14.9.1.	Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças	1072
14.9.2.	Requisitos da sentença	1074
14.9.3.	Sentença absolutória	1077
14.9.4.	Sentença condenatória.....	1080
14.9.5.	Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio e Mutatio libelli</i>	1082
14.9.5.1.	<i>Emendatio e Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas.....	1088
14.9.6.	Coisa julgada	1090
14.9.6.1.	Noções gerais – conceito e a coisa julgada parcial.....	1090

14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH	1092
14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada	1093
14.9.6.4.	Questões específicas concurso formal, crime habitual, crime continuado	1095
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários.....	1097
14.10.	Procedimento comum sumário.....	1102
14.11.	Procedimento Comum Sumaríssimo Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995	1103
14.11.1.	Critérios orientadores e objetivos do Jecrim.....	1104
14.11.2.	Competência do Jecrim.....	1104
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim	1106
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69	1106
14.11.5.	Audiência preliminar	1107
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único	1107
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76.....	1108
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento	1111
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	1111
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (sursis processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	1115
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP.....	1124
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP	1126
14.13.1.	Generalidades e pedido de explicações.....	1126
14.13.2.	Procedimento e audiência de reconciliação	1128
14.13.3.	Exceção da verdade e da notoriedade do fato....	1131
14.14.	Procedimento do Júri.....	1133
14.14.1.	Considerações gerais	1133
14.14.2.	Princípios constitucionais do Júri.....	1134

14.14.3.	Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	1138
14.14.4.	Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	1142
14.14.4.1.	Requisitos e crimes conexos.....	1142
14.14.4.2.	Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição.....	1146
14.14.5.	Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP	1153
14.14.6.	Desclassificação – art. 419 do CPP	1154
14.14.7.	Absolvição sumária – art. 415 do CPP	1156
14.14.8.	Preparação da segunda fase do Júri.....	1158
14.14.9.	Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP	1158
14.14.9.1.	Considerações gerais.....	1158
14.14.9.2.	Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade	1161
14.14.9.3.	Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade	1162
14.14.9.4.	Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP	1164
14.14.10.	Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais	1165
14.14.11.	Instalação da sessão plenária	1165
14.14.11.1.	Jurados	1165
14.14.11.2.	Ausência do Ministério Público	1166
14.14.11.3.	Ausência do assistente de acusação... ..	1167
14.14.11.4.	Ausência do advogado de defesa ou do defensor.....	1167
14.14.11.5.	Ausência do acusado	1167
14.14.11.6.	Ausência das testemunhas.....	1168
14.14.12.	Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP.....	1170
14.14.13.	Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	1173
14.14.14.	Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP... ..	1176
14.14.14.1.	Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	1177

14.14.15.	Sala especial e quesitos.....	1183
14.14.16.	Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP.....	1193
Capítulo 15.	Nulidades	1196
15.1.	Considerações gerais e natureza jurídica	1197
15.2.	Classificações das nulidades.....	1199
15.2.1.	A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade	1199
15.2.2.	Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas.....	1204
15.3.	Princípios em sede de nulidades.....	1208
15.3.1.	Princípio da tipicidade das formas	1208
15.3.2.	Princípio da eficácia dos atos processuais	1217
15.3.3.	Princípio da restrição processual à decretação das nulidades	1217
15.3.4.	Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo	1218
15.3.5.	Princípio da causalidade ou da consequencialidade.....	1220
15.3.6.	Princípio da conservação dos atos processuais....	1221
15.3.7.	Princípio do interesse.....	1222
15.4.	Formas de saneamento das nulidades.....	1223
15.5.	Nulidades cominadas no Código de Processo Penal	1225
15.5.1.	Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz	1225
15.5.2.	Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte.....	1226
15.5.3.	Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	1227
15.5.4.	Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1235
15.5.5.	Art. 564, inc. V – em decorrência de decisão carente de fundamentação	1236
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis	1238
Capítulo 16.	Recursos e ações autônomas impugnativas	1240
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória	1243

16.2.	Classificação dos recursos.....	1250
16.3.	Princípios em matéria recursal.....	1251
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	1251
16.3.2.	Princípio da voluntariedade.....	1258
16.3.2.1.	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício).....	1259
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1262
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos.....	1263
16.3.5.	Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	1265
16.3.6.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	1266
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1267
16.3.8.	Princípio da taxatividade.....	1273
16.3.9.	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum.....	1274
16.3.10.	Princípio da dialeticidade.....	1275
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal – O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação).....	1276
16.4.1.	Noção.....	1276
16.4.2.	Condições recursais.....	1278
16.4.2.1.	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido.....	1278
16.4.2.2.	Legitimidade recursal.....	1278
16.4.2.3.	Interesse recursal.....	1280
16.4.3.	Pressupostos recursais.....	1283
16.4.3.1.	Investidura.....	1283
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso.....	1283
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade.....	1284
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer.....	1288

16.5.	Efeitos dos recursos	1291
16.5.1.	Efeito obstativo	1291
16.5.2.	Efeito devolutivo	1291
16.5.3.	Efeito suspensivo	1293
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1293
16.5.5.	Efeito extensivo	1294
16.5.6.	Efeito substitutivo	1295
16.5.7.	Efeito translativo	1295
16.6.	Recurso em sentido estrito.....	1298
16.6.1.	Generalidades.....	1298
16.6.2.	Cabimento.....	1301
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	1301
16.6.2.2.	Decisão que reconhece a incompetência de juízo.....	1303
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	1304
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado ...	1305
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1306
16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	1306
16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade.....	1307
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1308
16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.....	1308
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1309
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1309

16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	1309
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade	1310
16.6.2.14.	Decisão sobre homologação de acordo de não persecução penal ...	1310
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito	1311
16.6.4.	Competência recursal	1312
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento	1312
16.6.6.	Efeitos.....	1313
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir	1313
16.6.8.	Procedimento.....	1314
16.7.	Apelação.....	1314
16.7.1.	Considerações gerais	1314
16.7.2.	Cabimento	1316
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I.....	1316
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II... ..	1317
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP	1319
16.7.3.	Legitimidade	1326
16.7.3.1.	Ministério Público	1326
16.7.3.2.	Acusado	1326
16.7.3.3.	Defensor.....	1326
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros.....	1326
16.7.4.	Competência recursal	1328
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento	1328
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	1329
16.7.7.	Efeitos.....	1329
16.7.8.	Prazo	1330

16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal)	1331
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade	1331
16.8.1.	Considerações gerais	1331
16.8.2.	Legitimidade	1332
16.8.3.	Cabimento	1332
16.8.4.	Competência recursal	1333
16.8.5.	Regularidade formal.....	1334
16.8.6.	Efeitos.....	1334
16.8.7.	Procedimento	1335
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários...	1335
16.9.	Embargos de declaração	1337
16.9.1.	Considerações gerais	1337
16.9.2.	Cabimento	1338
16.9.3.	Natureza Jurídica.....	1339
16.9.4.	Competência recursal	1339
16.9.5.	Legitimidade	1339
16.9.6.	Regularidade formal.....	1340
16.9.7.	Prazo	1340
16.9.8.	Efeitos	1341
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995	1342
16.9.10.	Procedimento.....	1342
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos	1343
16.10.	Carta Testemunhável	1343
16.10.1.	Considerações gerais	1343
16.10.2.	Natureza Jurídica.....	1344
16.10.3.	Cabimento	1344
16.10.4.	Competência recursal	1344
16.10.5.	Regularidade formal.....	1344
16.10.6.	Efeitos.....	1345
16.10.7.	Prazo recursal	1345
16.10.8.	Procedimento.....	1345

16.11. Agravo em execução	1345
16.11.1. Introdução.....	1345
16.11.2. Cabimento	1346
16.11.3. Legitimidade e Interesse	1347
16.11.4. Competência recursal	1347
16.11.5. Regularidade formal.....	1347
16.11.6. Efeitos.....	1347
16.11.7. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	1348
16.12. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial	1348
16.12.1. Cabimento	1348
16.13. Recurso Ordinário Constitucional	1349
16.13.1. Cabimento	1349
16.13.1.1. ROC para o STF	1350
16.13.1.2. Limites da Matéria e cabimento	1350
16.13.2. Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	1351
16.13.3. Procedimento.....	1352
16.13.3.1. Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	1352
16.13.3.2. Mandado de Segurança	1353
16.14. Recurso extraordinário e recurso especial	1353
16.14.1. Considerações gerais	1353
16.14.2. Cabimento	1360
16.14.2.1. Cabimento do recurso extraordinário - Generalidades.....	1360
16.14.2.2. Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>a</i> - contrariedade à CF	1360
16.14.2.3. Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>b</i> - declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal	1361
16.14.2.4. Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>c</i> - julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	1362

16.14.2.5.	Cabimento do recurso extraordinário - art. 102, III, <i>d</i> - julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	1363
	16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ	1363
16.14.3.	Cabimento do recurso especial - generalidades...	1364
16.14.3.1.	Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>a</i> - contrariedade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência	1365
16.14.3.2.	Cabimento do Recurso Especial - art. 105, III, <i>b</i> - julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1366
16.14.3.3.	Cabimento do recurso especial - art. 105, III, <i>c</i> - der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1366
16.14.4.	Recurso extraordinário e especial - legitimidade...	1368
16.14.5.	Recurso extraordinário e especial - interesse recursal.....	1368
16.14.6.	Recurso extraordinário e especial - processamento.....	1368
16.14.7.	Recurso extraordinário e especial - efeitos	1370
16.15.	Ações autônomas impugnativas.....	1372
16.15.1.	<i>Habeas Corpus</i>	1372
16.15.1.1.	Considerações gerais.....	1372
16.15.1.2.	Natureza Jurídica e eficácia da decisão.....	1379
16.15.1.3.	Interesse de agir.....	1380
16.15.1.4.	Possibilidade jurídica do pedido	1381
16.15.1.5.	Legitimidade.....	1382
	16.15.1.5.1. Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP.....	1382

	16.15.1.5.2. Legitimidade passiva - O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	1385
	16.15.1.6. Espécies de <i>habeas corpus</i>	1386
	16.15.1.6.1. Liberatório.....	1386
	16.15.1.6.2. Preventivo	1387
	16.15.1.6.3. Profilático ou Preservativo (Trancativo).....	1387
	16.15.1.6.4. Individual e Coletivo.....	1388
	16.15.1.7. Hipóteses de impetração	1389
	16.15.1.8. Competência para julgamento.....	1392
	16.15.1.9. Procedimento	1393
	16.15.1.10. Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	1395
16.15.2.	Revisão Criminal	1397
	16.15.2.1. Conceito	1397
	16.15.2.2. Natureza Jurídica	1398
	16.15.2.3. Condições da ação	1398
	16.15.2.3.1. Legitimidade	1398
	16.15.2.3.2. Interesse de agir	1399
	16.15.2.3.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	1399
	16.15.2.4. Hipóteses de cabimento	1400
	16.15.2.5. Teses e pedidos na revisão criminal... ..	1402
	16.15.2.6. Procedimento	1402
	16.15.2.7. Ônus da prova	1404
	16.15.2.8. Coisa julgada.....	1405
Capítulo 17.	Disposições processuais previstas em leis especiais	1406
17.1.	Lei de Execução Penal - Lei 7.210/84.....	1407
17.1.1.	Generalidades	1407
17.1.2.	Competência da execução penal.....	1411
17.1.3.	Transferência para presídios federais.....	1412

17.1.4.	Deveres do preso e sua disciplina art. 44 a 60.....	1414
17.1.5.	Disciplina dos condenados – modalidades de faltas, sanções e procedimento	1416
17.1.6.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	1426
17.1.7.	Pena privativa de liberdade.....	1433
17.1.7.1.	Generalidades	1433
17.1.7.2.	Doença mental superveniente	1436
17.1.7.3.	Regimes de Cumprimento de pena....	1437
17.1.7.4.	Unificação de penas	1440
17.1.7.5.	Limite de cumprimento de penas.....	1442
17.1.7.6.	Remição da pena.....	1443
17.1.8.	Progressão de regime.....	1447
17.1.8.1.	Regressão de regime	1452
17.1.9.	Penas restritivas de direitos.....	1454
17.1.10.	Medida de segurança – artigos 171 a 179 da LEP ...	1456
17.2.	Lei dos Crimes Hediondos – Lei 8.072/90	1457
17.2.1.	Generalidades e Sistema Adotado	1457
17.2.2.	Proibição de anistia, graça e indulto	1459
17.2.3.	Proibição da fiança	1462
17.2.4.	Regime inicial de cumprimento de pena.....	1464
17.2.5.	Progressão de Regime.....	1466
17.2.6.	Apelação da sentença condenatória e a prisão para recorrer	1467
17.2.7.	Prisão temporária.....	1468
17.2.8.	Livramento condicional.....	1469
17.3.	Lei de Interceptação Telefônica – Lei 9.296/96	1469
17.3.1.	Considerações gerais e premissas conceituais.....	1469
17.3.2.	Previsão constitucional da interceptação telefônica.....	1478
17.3.2.1.	Investigação ou instrução criminal e processos cíveis.....	1478
17.3.2.2.	Prova emprestada.....	1479
17.3.2.3.	Dados e comunicações telemáticas... ..	1480
17.3.2.4.	Cabimento para outras formas de investigação preliminar	1482

17.3.2.5.	Encontro fortuito de provas (Serendipidade).....	1482
17.3.3.	Cabimento da interceptação telefônica segundo da Lei 9.296/96	1483
17.3.3.1.	Interceptação telefônica e advogado	1485
17.3.4.	Legitimidade para a decretação e requerimento....	1485
17.3.5.	Prazo da interceptação telefônica	1487
17.3.6.	Procedimento da interceptação telefônica e normativa do CNJ	1489
17.3.7.	Sigilo e inutilização da medida	1490
17.3.8.	Aspectos finais	1491
17.4.	Código de Trânsito Brasileiro – Lei 9.503/97	1492
17.5.	Lei de Tortura – Lei 9.455/97	1494
Capítulo 18. Flexibilização do processo penal – bases para uma teoria e critérios de efetivação.....		
18.1.	O mundo flexibilizado	1497
18.1.1.	Globalização e flexibilização	1498
18.1.2.	Soberania	1501
18.1.2.1.	Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas	1502
18.1.3.	Tecnologia e flexibilização	1506
18.1.4.	O processo no mundo pautado pela flexibilização....	1508
18.2.	Flexibilização	1515
18.2.1.	O sentido léxico do termo flexibilização	1515
18.2.2.	A noção de flexibilização no processo	1516
18.2.3.	Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal.....	1519
18.2.4.	O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização	1522
18.2.5.	Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regra de exceção, interpretação extensiva e equidade	1523
18.2.6.	Planos de flexibilização	1525

18.2.7.	Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito	1527
18.2.7.1.	Flexibilização e legalidade	1528
18.2.7.2.	Flexibilização e proporcionalidade....	1528
18.2.7.2.1.	O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	1532
18.2.7.3.	Flexibilização e razoabilidade	1533
18.2.8.	A operação de flexibilização.....	1537
18.2.8.1.	A flexibilização e as partes	1541
18.3.	Direitos humanos, devido processo legal e flexibilização	1544
18.3.1.	Considerações iniciais	1545
18.3.2.	Caraterísticas dos direitos fundamentais.....	1546
18.3.3.	Respeito aos direitos humanos e flexibilização	1548
18.3.4.	Os direitos humanos e as Convenções	1550
18.3.5.	Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização	1550
18.3.5.1.	Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	1554
18.3.6.	Direitos humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade.....	1557
Capítulo 19. Avaliação de aprendizagem		1562
19.1.	Capítulo 1 - Matizes ideológicos do processo penal e a constante busca do equilíbrio	1563
19.2.	Capítulo 2 - As fontes do processo penal, sua leitura normativa e a interpretação no processo penal.....	1563
19.3.	Capítulo 3 - Sistemas processuais penais.....	1564
19.4.	Capítulo 4 - Princípios do Processo Penal	1564
19.5.	Capítulo 5 - Aplicação da Lei Processual Penal	1566
19.6.	Capítulo 6 - Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	1566
19.7.	Capítulo 7 - Ação Penal e pressupostos processuais	1570
19.8.	Capítulo 8 - Ação Civil.....	1574
19.9.	Capítulo 9 - Competência	1574

19.10.	Capítulo 10 - Questões e processo incidentes.....	1578
19.11.	Capítulo 11 - Provas no processo penal	1580
19.12.	Capítulo 12 - Dos atores processuais (os sujeitos do processo)	1586
19.13.	Capítulo 13 - Medidas Cautelares Pessoais	1587
19.14.	Capítulo 14 - Teoria Geral dos procedimentos e atos processuais	1592
19.15.	Capítulo 15 - Nulidades	1600
19.16.	Capítulo 16 - Recursos e ações autônomas impugnativas ...	1600
19.17.	Capítulo 17 - Disposições processuais previstas em lei especial.....	1605
Capítulo 20.	Bibliografia	1610
Apêndice	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal e julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal.....	1620
1.1.	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal	1621
1.2.	Julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal	1626
1.3.	Enunciados do Conselho da Justiça Federal	1627